



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 2 FRANCA – 26 DE NOVEMBRO DE 2020.

3 Ao vigésimo sexto (26º) dia do mês de novembro de dois mil e vinte (2020), às oito horas e dez minutos (8h10),
4 iniciou-se a sétima (7ª) reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, no auditório do
5 Parque de Exposições Fernando Costa, Avenida Doutor Flávio Rocha, nº 500, Residencial São Tomaz, sob a
6 coordenação do Presidente e Conselheiro Titular da Sociedade Civil, representando as Organizações de
7 Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na
8 reunião dezenove (19) conselheiros(as), sendo nove (9) da Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com
9 (as)os seguintes **Conselheiras(os) Titulares:** Ketelin – Ricardo Berbel Martins, Mário Fernando Mantovani,
10 Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Ana Paula Pinto
11 Marafiga Ribeiro, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Lucinéia Silva Sartori Coelho, Iara
12 Flávia Afonso Guimarães, Juliana Rossato Souza Rodrigues, Andréa Fernanda de Faria e Sousa e Luiz Antônio
13 Cintra Filho. **Conselheiros Suplentes na Titularidade:** Loren Lorrany Duarte, Silvia Helena Bertolino dos
14 Santos. **Conselheiros Suplentes:** Wagner José de Oliveira, Irene da Conceição Silva, Eder Furtado Ribeiro e
15 Willian de Freitas Aguiar. Participaram da reunião o novo Secretário de Ação Social, Milton Querino Santos, a
16 Administradora da Proteção Social Básica, Carmen Silvia Mendes e a Administradora da Proteção Social
17 Especial, Lisandra Aguiar Amorim Ferreira. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do
18 dia: Chamada e Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 2 –
19 Deliberação sobre a ata da 9ª Reunião Ordinária – 19.11; 3 – Aprovação da pauta; 4. Assuntos – 4.1 –
20 Deliberação sobre Proposta de encaminhamento da Comissão de Orçamento – sobre o Comunicado de não
21 reajuste dos pisos dos serviços socioassistenciais; 4.2 – Apresentação e deliberação sobre os Questionários
22 Serviços, IGD SUAS e IGD PBF - Demonstrativo Físico Financeiro – União – 2019; 4.3 – Apresentação e
23 Deliberação sobre Atualização PMAS WEB - Estado – 2021; 4.4 – Esclarecimento sobre a Aplicação da Lei
24 173.2020 na area de Assistência Social pelo Paulo da Secretaria de Finanças; 4.5 – Deliberação sobre
25 Proposta da Gestão para Emenda Federal – Centro POP. 5. Informes – 5.1 – Deliberações por e-mail, da
26 reunião anterior - CENSO SUAS CONSELHOS e Apoio do CMAS ao Manifesto pelo Plano de Equidade
27 Racial e de Gênero em Franca; 5.2 – Portaria Municipal nº 315, de 17 de novembro de 2020. Dispõe sobre
28 nomeação de membros para compor a Comissão Municipal de Estudos e Trabalho de criação das políticas
29 públicas de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Franca e dá outras providências; 5.3 –
30 Portaria 148 de 13 de novembro de 2020 - Aprova recomendações gerais à gestão da rede socioassistencial do
31 Sistema Único de Assistência Social, especialmente às organizações da sociedade civil, sobre a adaptação das
32 ofertas socioassistenciais no contexto da pandemia do novo coronavírus – COVID-19; 5.4 – Nota de Repúdio
33 CMAS – Exoneração da Secretária de Ação Social – para divulgação. O presidente Óiter inciou a reunião



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

34 cumprimentando os presentes e em seguida passou a palavra para a Secretária Executiva Maria Amélia, que realizou a
35 chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as)
36 suplentes na titularidade. Foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros(as): Roberta
37 Moares Lucas, Valdety Souza Vilar Gilberto, Rute Alves Silveira, Rosemar da Silva, Geraldine Garcia Fuga Menezes,
38 Josiane Aparecida Antunes Campos, Cláudia Maria Fragoço Cerqueira, Carlos Eduardo dos Santos, Luzia Regina
39 Alves, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Roberta Pucci de Melo, Gisleide Branquinho Ramos, Marisa Lazarini Garcia,
40 Ana Maria Aparecida Garcia Bisco, Martha Faria Rossignoli, Leandro Ferreira e Fábio Augusto Tavares Mishima.
41 Dando sequência, Maria Amélia informou que o quórum de leitura antecipada da ata da 9ª Reunião Ordinária foi
42 atingido e a mesma foi aprovada com a inserção do nome de uma conselheira que não constava como presente na
43 reunião. A 1ª Secretária, Sra. Juliana, fez a leitura da pauta, que também foi aprovada, com a inserção do item 4.5 –
44 *Deliberação sobre Proposta da Gestão para Emenda Federal – Centro POP*, por solicitação da Equipe Gestora
45 em razão da urgência da deliberação. Antes de iniciar os assuntos da pauta, o Presidente Óiter solicitou aos
46 conselheiros que façam a leitura dos documentos, anteriormente à reunião, para que seja possível cumprir com a
47 previsão de horário que tem extrapolado recorrentemente. Alguns conselheiros refletiram sobre algumas sugestões para
48 otimizar o tempo da reunião, porém ao final definiu-se por discutir esse tema posteriormente, uma vez que este é um
49 momento atípico do conselho, uma vez que foi renovado 2/3 do colegiado e os(as) novos(as) conselheiros(as) ainda
50 estão em fase de se apropriar dos temas e da dinâmica do conselho, além da alta demanda de assuntos neste momento.
51 Na sequência passou-se ao primeiro assunto da pauta, item 4.1 – ***Deliberação sobre Proposta de encaminhamento***
52 ***da Comissão de Orçamento – sobre o Comunicado de não reajuste dos pisos dos serviços socioassistenciais;*** O
53 presidente Óiter, informou a todos(as) que a comissão de orçamento reuniu-se na terça-feira e na ocasião foi
54 debatida sobre a decisão da Administração Municipal de não reajustar os pisos socioassistenciais da rede
55 executora, desta forma a comissão propôs que fosse enviado um ofício a Prefeitura, Secretaria de Finanças e
56 Secretaria de Ação Social requerendo explicação sobre essa decisão do não reajuste, visto que o termo de
57 colaboração com as entidades rege que esse deve ser feito anualmente. O conselheiro Clóves afirmou que o índice
58 do IPC-FIPE é de 5,4268 pontuando que este valor precisa ser reajustado e que as entidades encaminharão os
59 Planos de Trabalho com o referido reajuste. Disse que as instituições que executam serviços da área da saúde já
60 protocolaram seus Planos de Trabalho com o reajuste, pois está previsto nos contratos de Aditamento. O
61 Secretário de Ação Social, Milton, informou que não houve reajuste nos serviços executados pelas outras
62 políticas. Alguns conselheiros manifestaram indignação com essa decisão e como encaminhamento o colegiado
63 definiu pelo envio de ofício com o posicionamento contrário do CMAS sobre o não reajuste, salientando que essa
64 situação além de não estar conforme os Termos assinados entre as partes ainda colocará as entidades em situação
65 de dificuldade no cumprimento de suas responsabilidades, especialmente no que se refere as obrigações
66 trabalhistas, sendo que uma delas refere-se a reposição salarial anual de seus trabalhadores. O ofício seguirá para
67 o Prefeito, Secretaria de Finanças e Secretaria de Ação Social, com cópia ao Ministério Público e Câmara



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

68 Municipal. A conselheira Ana Paula sugeriu o compartilhamento desse documento com o FORTTSUAS para que
69 apoiassem o Conselho, uma vez que o assunto também se refere aos trabalhadores(as) do SUAS. A sugestão da
70 conselheira foi acatada pelo colegiado. Juliana esclareceu que dado o Comunicado informal da Secretária de
71 Finanças em não reajustar os pisos dos Serviços Socioassistenciais parceiros, a Equipe Gestora definiu neste
72 momento por não alterar as metas dos serviços, mesmo existindo serviços que não estejam cumprindo a totalidade
73 das metas pactuadas, principalmente o Serviço das Casas Lares, cuja quantidade de profissionais da equipe de
74 referência para o número de acolhidos, conforme as normativas não poderá ser reduzida, o que consequentemente
75 impactará nos custos e despesas, outro fator determinante na decisão do órgão gestor foi a reorganização e
76 alterações de fluxos e estratégias de atendimento devido ao momento de pandemia. Essa questão deve demandar
77 uma análise e discussão posteriormente. **4.2 – Apresentação e deliberação sobre os Questionários Serviços, IGD**
78 **SUAS e IGD PBF - Demonstrativo Físico Financeiro – União – 2019;** A Secretária Executiva Maria Amélia,
79 informou que a partir da apresentação do Demonstrativo Físico Financeiro Federal, ocorrida na última reunião, o
80 CMAS tem a responsabilidade de responder alguns questionários e manifestar o seu parecer. Esclareceu que a
81 Comissão de Orçamento se reuniu na última terça-feira para realizar esse trabalho e a proposta desta será
82 apresentada ao colegiado. Considerando que os questionários preenchidos foram enviados para os conselheiros
83 antecipadamente, ficou definido que fosse feita a leitura detalhada somente dos itens com comentários e os
84 pareceres finais. Assim Maria Amélia foi lendo e esclarecendo os itens, comentários e o parecer final do
85 questionário IGD SUAS, posteriormente do IGD PBF e por fim, sobre os Serviços e Programas. Os questionários
86 foram aprovados com pequenas complementações de redação sugeridas pelos conselheiros. Essas informações
87 serão inseridas pela Secretária Executiva, no sistema SUAS WEB. Passou-se, então, ao item **4.3 – Apresentação e**
88 **Deliberação sobre Atualização PMAS WEB - Estado – 2021;** A conselheira Juliana explicou que o PMAS Web-
89 Estadual é elaborado quadrienalmente, ou seja, o Plano vigente refere-se ao período de 2018/2021. Neste sistema
90 estão dispostas todas as informações da Assistência Social do município, em 8 blocos, sendo eles; 1)
91 Identificação; 2) Diagnostico Socioterritorial; 3) Rede de Proteção Social; 4) Interfaces com outras Políticas; 5)
92 Financiamento; 6) Planejamento; 7) Vigilância, Monitoramento e Avaliação e 8) CMAS. O Plano é atualizado
93 anualmente e portanto a mesma foi apresentando as alterações realizadas pela Gestão Municipal exibindo o
94 sistema on line. Dentre as principais discussões e considerações do colegiado destacaram-se as informações
95 inseridas sobre o espaço do Centro POP e do CREAS Moema, que demanda análise do colegiado, bem como em
96 relação ao Planejamento das ações para 2021. Outra situação a ser analisada refere-se a um valor relativo ao
97 Cofinanciamento estadual para pagamento de uma ação judicial em favor de um usuário que se encontra acolhido
98 em uma Residência Inclusiva que atende pessoas da região e particulares, no qual o Estado solicita a inclusão do
99 valor de R\$ 27.000,00(vinte e sete mil reais). Juliana explicou que para que o repasse seja feito o município deve
100 incluir esse valor em uma das unidades de residência inclusiva, existentes, ou inserir no PMAS a Unidade de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

101 Residência Inclusiva que atende pessoas da região e particulares. Esclareceu que o município de Franca também
102 está obrigado a cofinanciar esse mesmo valor, porém neste caso será através do orçamento geral da Secretaria de
103 Ação Social, pois existe uma conta para ações judiciais e esse recurso não é alocado no FMAS. Com relação a
104 esta situação a Administradora da Proteção Social Especial fez algumas considerações pontuando que existem
105 mais de 30 usuários que também estão aguardando vaga para esse serviço. Lembrou que já estava sendo pactuado
106 entre a Gestão da Assistência Social, o CMAS, o Ministério Público e a Administração Municipal a implantação
107 de nova unidade de residência inclusiva neste ano, porém a Administração Municipal “declinou” e definiu por não
108 implantá-la deixando usuários extremamente vulneráveis sem atendimento. Disse que este usuário beneficiado
109 com a Ação Judicial está acolhido em uma unidade particular na qual o mesmo estava arcando com os custos,
110 mediante uso de reserva financeira que possuía, portanto não concorda que o recurso seja repassado via Fundo
111 Municipal e nem inserido no PMAS. Alguns conselheiros manifestaram não concordar com essa situação, uma
112 vez que o conselho somente inscreve serviços gratuitos e os serviços regionalizados são de responsabilidade do
113 Estado. O conselheiro Clóves, que também é presidente da Fundação Espírita Judas Iscariotes, que administra
114 esse coletivo de Residência Inclusiva, afirmou que essa unidade não tem convênio com a Prefeitura de Franca, e
115 como atende vagas particulares encaminhadas judicialmente a prestação de contas é feita para o judiciário, pois
116 não é regida pela Lei 13.019/2014. Disse que a Administração Municipal precisa atender as prioridades e que com
117 a não implantação de serviços necessários, tem ocorrido muitas situações de judicialização e neste caso o
118 município acaba assumindo um custo maior, ou seja, o custo real daquele serviço. Ao final, o colegiado definiu
119 por encaminhar esta demanda para análise da Comissão de Política de Assistência Social do CMAS, que se
120 reunirá na próxima semana e apresentará para o colegiado um parecer sobre essas questões pontuadas, bem como,
121 a proposta de parecer final sobre as atualizações do PMAS-Web. A comissão poderá contar com a participação de
122 outras(os) conselheiras(os) que quiserem contribuir. Finalizada a apresentação passou-se ao próximo item da
123 pauta - **4.4 – Esclarecimento sobre a Aplicação da Lei 173.2020 na área de Assistência Social pelo Paulo da**
124 **Secretaria de Finanças.** Considerando que o servidor Paulo informou que não poderia comparecer
125 presencialmente na reunião, foi feita a tentativa de realizar uma videochamada ou videoconferência para que ele
126 explicasse sobre o assunto em pauta, porém não foi possível diante da instabilidade da internet no local da
127 reunião. Assim, o colegiado optou por solicitar esclarecimentos por ofício, sendo o mesmo apresentado e
128 aprovado pelo colegiado. Na sequência passou-se ao item **4.5 – Deliberação sobre Proposta da Gestão para**
129 **Emenda Federal – Centro POP.** Lisandra e Juliana fizeram a apresentação da proposta da gestão. Explicaram que
130 se trata de uma emenda federal no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para utilização em
131 ações de custeio. A gestão definiu utilizar nas ações do Centro POP na qual a proposta de aplicação do recurso foi
132 apresentada detalhadamente, da seguinte forma: trinta mil reais (30 mil) para compra de passes de ônibus;
133 cinquenta mil reais (50 mil) para vagas em cursos para os usuários; noventa e seis mil reais (96 mil) com café da



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

134 manhã; quarenta e oito mil reais (48 mil) com lanches/café da tarde e vinte e seis mil reais (26 mil) para atividade
135 de integração com os aniversariantes. As conselheiras Iara e Ana Paula apresentaram algumas possibilidades de
136 uso do recurso para análise da equipe, pontuando que como já existe cofinanciamento do café da manhã, que esse
137 valor, (R\$96.000,00), seja utilizado em ações de Capacitação/Supervisão da equipe; pensão para usuários;
138 alimentos para fins de semana e pagamento de palestrantes em eventos. Lisandra acatou a sugestão e fará a
139 reorganização do recurso e enviará o projeto atualizado para a Secretaria Executiva do CMAS. O colegiado
140 aprovou a proposta com as sugestões apresentadas. O Secretário de Ação Social, Milton, solicitou a palavra e
141 informou que o Dr. Gian Paolo, Procurador do Município, afirmou que até o dia 15 de dezembro o Centro Pop
142 poderá ser instalado no prédio da Associação Francana de Judô, ao lado do CSU e o CREAS Moema ocupará o
143 espaço da Biblioteca, no prédio da Mogiana. Já com relação ao serviço da Casa da Mulher Vitimizada, até 15 de
144 fevereiro o mesmo ocupará um prédio próprio público. Os informes não foram lidos na reunião, uma vez que
145 foram encaminhados para ciência e conhecimento. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada às onze
146 horas e trinta e dois minutos (11h32). Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei
147 a presente ata, que uma vez lida e aprovada constará a lista de presença.